



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Rodrigo Coelho

PROJETO DE LEI Nº. _____, DE 2022
(Deputado Rodrigo Coelho)

Modifica o inciso I e revoga as alíneas “a” e “b”, todos do art. 49, Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Modifica o inciso I, do Art. 49, da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991:

Art. 49.....

- I- da data de implementação de todos os requisitos à aposentação, quando o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) tiver ciência inequívoca ou tiver o dever de ciência inequívoca de todos os direitos do segurado.

Art. 2º Revoga as alíneas “a” e “b”, do inciso I, do art. 49, da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Apresentação: 06/12/2022 09:40:05.847 - MESA

PL n.2918/2022



JUSTIFICAÇÃO

Com o advento da Emenda Constitucional nº. 103, de 13 de novembro de 2019, houve um aumento considerável das regras para que o segurado e a segurada do Regime Geral de Previdência Social possa se aposentar.

Por um lado, a reforma previdenciária buscou a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do sistema previdenciário, ante o aumento da expectativa de vida do brasileiro, bem como a inversão da pirâmide demográfica, por outro enrijeceu o acesso aos benefícios e não apenas isso, dificultou tanto a análise da implementação dos requisitos à aposentadoria, quanto à identificação do melhor benefício possível.

Sendo assim, é importante que o Estado auxilie os segurados da Previdência Social a identificar quando o seu direito é implementado e conceda a ele o melhor benefício possível, na data em que implementar os requisitos para tanto.

Atualmente, o Instituto Nacional do Seguro Social conta com legislação avançada e tecnologia de ponta para auxiliar os segurados na identificação dos seus direitos, albergando os dados dos vínculos laborais, urbanos (já constam do CNIS desde janeiro de 1982) e rurais¹, assim como atividades especiais², todos em sua base de dados, que aparecem com clareza para o cidadão, através do documento CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais).

O Governo também já tem tomado medidas específicas a fim de informar os segurados do INSS que eles já possuem direito a se aposentar, por meio da criação do fluxo de reconhecimento automático de direitos, estabelecido pela Portaria Conjunta N.º 6/ PRES/DIRBEN/DIRAT/INSS, de 27 de julho, de 2017, inclusive com envio de comunicado aos segurados avisando-os que seu benefício poderá ser concedido.

Diante de toda a informação que o INSS detém do segurado e das dificuldades que ele (o segurado) tem de identificar o seu direito, cumpre ao Estado colaborar com o contribuinte de modo a reconhecer seu direito desde a data em que implementou todos os requisitos necessários para se aposentar, não apenas desde a data do requerimento. Isso

1 Lei n. 13.134/2015, que alterou o art. 38-A e incluiu o art. 38-B, na Lei n. 8213/1991, facilitando o reconhecimento da atividade rural, simplesmente pelo CNIS, com exigência de documentos ao segurado, somente em caso de divergências cadastrais ou dúvidas.

2 Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, que criou o eSocial, Sistema de Escrituração Digital e Obrigações Fiscais, que passou a armazenar todas informações do trabalhador, centralizando quinze obrigações, antes apresentadas separadamente: GFIP, CAGED, RAIS, LRE, CAT, CD, CTPS, PPP, DIRF, DCTF, QHT, MANAD, GRF, GPS. Note que inclui a apresentação de Perfil Profissiográfico Previdenciário, documento que traz em seu bojo o resumo dos laudos obrigatórios das empresas: LTCAT, PCMSO, PPRA.

* C D 2 2 4 6 2 2 4 4 2 1 0 0 *



se faz necessário inclusive para garantir e efetivar a plena proteção social, insculpida nos Art. 6º, 194 e 201, todos da Constituição Federal, que passou a reconhecer o direito previdenciário como direito fundamental de segunda dimensão, assegurado por princípios e capítulo próprio, assim como cumprir com o art. 37, também da Constituição Federal, que elenca os princípios da administração pública.

Por fim, vale ressaltar que tal premissa, de reconhecer o direito desde a data de implementação dos requisitos já existe perante os servidores públicos, quando fazem jus ao benefício de abono de permanência, eis que, uma vez implementados os requisitos, o Estado paga ao servidor o benefício desde a data em que implementou os requisitos, não apenas desde o requerimento do benefício.

Logo, por via de consequência, o benefício de aposentadoria voluntária dos servidores públicos: federais, estaduais ou municipais, também é concedido a iniciar da data de implementação dos requisitos, uma vez que o benefício de abono de permanência é incompatível com aposentadoria, ou seja, no dia seguinte à cessação do seu benefício de abono de permanência ser-lhe-á concedido o benefício de aposentadoria.

Portanto, a alteração legislativa se faz necessária, também, para resguardar o princípio da isonomia entre servidores públicos e segurados do INSS, já que um dos princípios norteadores da reforma previdenciária foi equiparar os benefícios concedidos nos regimes geral e próprio de previdência social.

Por essas razões, alteramos o inciso I e revogamos as alíneas “a” e “b”, do inciso I, todos do art. 49, da Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991, para garantir ao segurado da previdência social, que tenha garantido o direito à aposentação a partir da implementação dos requisitos.

Sala das Sessões, 06 de dezembro de 2022.

RODRIGO COELHO

Deputado Federal

PODE/SC

* C D 2 2 4 6 2 2 4 4 2 1 0 0 *

